

| 201 | IMAGENS DA CIDADE:  
AS PERCEPÇÕES DOS MORADORES DE CONDOMÍNIOS  
FECHADOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR SOBRE  
A CIDADE E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS

*Rafael de Aguiar Arantes*

**Resumo**

Este trabalho analisa uma das tendências dominantes da dinâmica atual das grandes cidades mundiais e brasileiras, a autossegregação das camadas de média e alta renda e a proliferação de condomínios fechados, fortificados e protegidos, onde essas camadas vêm se refugiando em busca de segurança e qualidade de vida. A proliferação desses empreendimentos está vinculada a uma série de fatores objetivos, como as tendências de ampliação do poder do capital imobiliário na conformação das grandes cidades e a diminuição do papel de regulação e governança do Estado, visível a partir das duas últimas décadas do século XX, principalmente nos países latinoamericanos. No entanto, diversos fatores subjetivos vinculados às motivações, atitudes e valores dos sujeitos se associam aos mais estruturais, conformando expectativas, representações e percepções sobre os condomínios fechados e a vida nas grandes cidades contemporâneas. Nesse sentido, a partir de uma pesquisa realizada sobre os condomínios fechados na Grande Salvador, este trabalho analisa as percepções dos moradores de condomínios fechados dessa região metropolitana sobre a cidade e seus espaços públicos, buscando identificar as atuais imagens da cidade e da vida urbana.

**Palavras-chave:** Autossegregação. Condomínios Fechados. Sociabilidade Urbana. Percepções.

**1. Introdução**

Este trabalho discute um dos aspectos mais relevantes das transformações recentes das grandes cidades, a ampliação da autossegregação das camadas de média e alta renda em condomínios fechados, com base em uma pesquisa realizada na Região Metropolitana de Salvador (RMS), nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas.

A partir da revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema e de uma pesquisa empírica realizada em 16 condomínios fechados da RMS, que envolveu visitas, observações diretas, entrevistas com informantes qualificados e com 35 moradores desses condomínios, este trabalho analisa as transformações e processos associados à proliferação de condomínios fechados, tendo como foco os seus significados atuais e as representações e percepções que seus moradores têm da vida em seus condomínios em contraposição às imagens engendradas sobre a cidade e seus espaços públicos.

A proliferação do que CALDEIRA (2000) chamou de “enclaves fortificados”, áreas de consumo, lazer, trabalho e residência protegidas e monitoradas por tecnologias de segurança, que funcionam como verdadeiras barreiras, objetivas e simbólicas, de apartação e segregação, é uma das transformações mais relevantes e visíveis das grandes cidades mundiais. Embora cada cidade tenha sua história e suas características, é possível dizer que esses novos empreendimentos vêm se difundindo em uma escala mundial, o que levou autores como WEBSTER *et al* (2002, p. 315) a afirmarem que constituem uma “nova forma de habitat urbano moderno”, que tem transformado não apenas a forma e a paisagem urbana das diversas cidades, mas também a sua antiga relação entre público e privado, seus padrões de sociabilidade entre as classes, produzindo impactos até sobre as construções coletivas e a própria democracia (BLAKELY; SNIDER, 1997).

Sem entrar, por ora, nessa discussão, vale assinalar que, enquanto as grandes cidades tendem a se fortalecer na nova fase de acumulação capitalista, concentrando a população, o aparato produtivo, a riqueza e o poder, grande parte dos seus moradores vive amedrontada, fugindo dos seus espaços públicos e se autosegregando nesses espaços restritos. Ainda que elementos objetivos, por assim dizer, mais estruturantes da realidade social, como as transformações nas arenas de atuação do mercado e do Estado, por exemplo, sejam de fundamental importância para compreender a proliferação desses empreendimentos, os elementos de ordem subjetiva, como as motivações, as atitudes, os valores, as expectativas e percepções dos sujeitos também se mostram bastante relevantes para uma compreensão mais aprofundada sobre esse novo padrão de segregação socioespacial.

## **2. Os determinantes sociais da proliferação de condomínios fechados**

As transformações ocorridas na economia mundial nas últimas décadas, com a reestruturação produtiva, a globalização e o neoliberalismo tiveram grande repercussão no funcionamento das grandes cidades, em sua estrutura econômica, urbana e social, contribuindo para a emergência de uma nova configuração socioespacial. Nas cidades latinoamericanas, MATTOS (2010) identifica o surgimento de um novo padrão de urbanização, uma mutação de estado que configura uma nova cidade qualitativamente distinta da cidade industrial. Diversas transformações têm emergido, entre elas a multiplicação de condomínios horizontais e verticais fechados.

Tendo como uma de suas principais características a fortificação, os enclaves fortificados constituem uma das mais recentes (e extremadas) estratégias de segregação, na medida em que valorizam o que é privado e restrito; são demarcados e isolados fisicamente por muros e grades; são controlados normalmente por guardas armados e avançados sistemas de segurança, que definem as regras de inclusão e exclusão; embora possam se situar em qualquer lugar, impõem uma barreira física e simbólica de apartação em relação ao seu entorno; por fim, incentivam a homogeneidade social, valorizando a vivência entre iguais e pessoas seletas (CALDEIRA, 2000).

De acordo com CALDEIRA (2000, p. 265), a emergência dos condomínios fechados está relacionada a elaboração publicitária de um “novo conceito de moradia”, que articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços, os tornando o tipo mais desejável de residência. Os condomínios em apreço tornam mais extremados elementos antes esboçados, ocupando grandes terrenos com áreas verdes e ampliando a utilização de tecnologias de segurança, aumentando e profissionalizando o controle do acesso, incorporando uma gama muito maior de equipamentos para uso coletivo e estimulando a instalação de serviços, como shopping centers, escolas e hospitais, por exemplo, dentro do seu próprio espaço.

Além desses elementos, parece-nos ainda mais importante como característica fundamental dos condomínios fechados o desejo neles implícito de criação de certo microcosmo social, fundamentado num “espaço público privado”, que permite determinada experiência de rua e a construção (falaciosa ou não) de uma “comunidade” ou de uma cidade dentro da cidade.

A emergência dos enclaves fortificados nas cidades contemporâneas está associada a uma série de elementos. Em primeiro lugar, é importante salientar as transformações do padrão de relação entre Estado e mercado, especialmente a ampliação da força do capital imobiliário. Os negócios imobiliários se transformaram em importante espaço de acumulação nesta nova fase do desenvolvimento capitalista, se tornando mais globalizado, atraindo novos investidores e ampliando seus fundos e liquidez a partir da diversificação dos fundos imobiliários e tipos de empréstimos. Ao mesmo tempo, o Estado cada vez mais abandona as suas funções de planejamento e gestão urbana e as transfere para os atores privados, que agora têm mais liberdade de intervenção no desenvolvimento das cidades. Esse novo patamar de relação tem sido justificado através do discurso neoliberal do “empreendedorismo urbano”, que compreende a cidade como um produto econômico que

deve buscar competitividade para atrair capitais e investimentos (CARVALHO. PEREIRA, 2012).

O produto imobiliário “condomínios fechados” surge das contradições do mercado imobiliário, que precisava inventar um novo produto para garantir seus sobrelucros de valorização (RIBEIRO, 1996; CALDEIRA, 2000). No entanto, como parte fundamental dessa nova invenção está o marketing e a publicidade que anuncia essa necessidade transfigurada na “escolha de um estilo de vida”, fundamentado na ideia de construção de um “estilo de vida total” superior e contraposto ao da cidade. Esse estilo de vida inclui imagens relacionadas ao lazer, apelos à ecologia, saúde e ordem, felicidade, harmonia e liberdade, isolamento e distância da cidade como condições para uma vida melhor; o “direito de não ser incomodado<sup>1</sup>” (*sic*) e, evidentemente, tudo com “segurança total” (*sic*) e “policimento 24 horas por dia” (*sic*) (CALDEIRA, 2000).

Do ponto de vista das campanhas publicitárias, assim como das subjetividades engendradas nesse processo, a justificativa mais difundida para a auto-segregação das camadas de média e alta renda tem sido o crescimento da violência em escala mundial. Segundo AMENDOLA (2007), a violência contribui para explicar o crescimento de “cidades blindadas”, bolhas protegidas criadas pelos cidadãos não apenas nas suas casas, mas na sua vida em geral. No entanto, segundo este autor, mais do que a violência, um dos principais elementos organizadores da cidade dita “pós-moderna” é o *medo* da violência, elemento central na constituição desse novo panorama socioespacial fundamentado na arquitetura do medo, que mescla violência real com o imaginário social e a construção midiática.

Em livro denominado “Confiança e Medo na Cidade”, BAUMAN (2009) analisa como as cidades contemporâneas se tornaram espaços do medo e da insegurança. Para este autor, as cidades que, paradoxalmente, surgiram para dar segurança a seus habitantes são atualmente associadas ao perigo. Essas reais ou supostas ameaças à integridade engendram estratégias de marketing que se fundamentam no que chamou de “capital do medo”. Para o autor, a segurança pessoal se tornou o principal argumento de venda de qualquer estratégia de marketing.

Nesse aspecto, cada vez mais se amplia a demanda pela moradia fortificada, por “zonas de segurança” ou “vales do medo”, como destacaram BLAKELY; SNIDER (1997), ou seja, uma busca por segurança e proteção, seja dos crimes, dos pobres, dos indesejáveis ou mesmo uma busca de proteção de privilégios e de propriedades, conforme salientou CALDEIRA (2000).

---

<sup>1</sup> Expressões contidas nos anúncios publicitários analisados por CALDEIRA (2000).

No entanto, está presente também na valorização dos condomínios fechados a busca por um estilo de vida diferenciado, conformado por uma série de elementos, como o desejo de maior contato com a natureza ou a vivência em um grupo seletivo e elitizado. Segundo pesquisas de SVAMPA (2001) na Argentina, estão também vinculadas à segurança a busca por um estilo de vida verde e as estratégias de distinção.

A ideia de um estilo de vida verde está relacionada à emergência de valores pós-materialistas, principalmente nas camadas mais escolarizadas e de maior poder aquisitivo, que passam a valorizar a qualidade de vida, o bem-estar e a tranquilidade, associando-os a um contato mais próximo com a natureza. A família desempenha um papel central nesse sentido, na medida em que a qualidade de vida é desejada principalmente em prol das crianças, para que elas possam viver ao ar livre, com maior autonomia e liberdade, mantendo a sensação de estar sempre de férias. Em pesquisas nos EUA, BLAKELY; SNIDER (1997) encontram uma motivação semelhante e denominaram os condomínios nos quais prevaleciam a busca de um novo estilo de vida como “portões do paraíso”.

As estratégias de distinção estão relacionadas ao prestígio que a vivência em determinados espaços pode trazer para a vida em termos de capital simbólico e social. Segundo BLAKLEY; SNIDER (1997), nos EUA, os condomínios de elite são os enclaves dos ricos e famosos, além das camadas médias ascendentes, notoriamente alguns executivos. O elemento central é a vida em um local homogêneo, em meio a pessoas consideradas desejáveis (é claro, do mesmo grupo social), mas também onde os serviços são privativos, o que garante o valor das propriedades. São chamados pelos autores de condomínios “eu tenho um sonho...”.

Para CALDEIRA (2000, p. 267), que analisou a situação de São Paulo em comparação com a de Los Angeles, relacionar os enclaves fortificados apenas ao crime é ignorar todos os seus outros significados, na medida em que a “segurança total”, perseguida através de cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série de instalações e tecnologias de controle, também assegura o “direito de não ser incomodado”. A proteção, portanto, não é apenas contra o crime, mas contra pessoas e grupos sociais indesejáveis. DAVIS (2009) também salienta que a arquitetura contemporânea e os espaços defensáveis têm como objetivo o controle da multidão através da construção de barreiras arquitetônicas e semióticas que buscam filtrar “indesejáveis”.

Nessa linha, BAUMAN (2009) adverte que, se originalmente os muros e fossos da cidade construíam uma fronteira entre os cidadãos e os estrangeiros, atualmente toda a tecnologia da arquitetura do medo produz uma apartação também entre membros de uma

mesma sociedade, ainda que em muitos contextos, como o europeu e o americano, os estrangeiros ainda sejam os principais grupos contra quem se deve se “proteger”. O isolamento nos enclaves fortificados são também a expressão de uma *mixofobia* (medo de misturar-se), ou seja, uma negação da heterogeneidade e a diversidade que sempre caracterizaram as cidades.

Segundo a literatura, portanto, os condomínios fechados se constituem subjetivamente como uma “solução” contra tudo aquilo que é considerado indesejável: a violência, os grupos perigosos, o déficit de qualidade de vida, os diferentes, etc. As razões de valorização e busca dos condomínios fechados constroem, portanto, uma relação binária e contraditória entre a cidade, de um lado, e os enclaves fortificados, de outro, de modo que mobilizam ao mesmo tempo em que engendram representações contraditórias sobre o espaço intramuros e o espaço externo, da cidade, conforme se poderá observar mais adiante a partir do caso da Região Metropolitana de Salvador.

### **3. As imagens da cidade**

A cidade do Salvador foi fundada em 29 de Março de 1549 com o claro objetivo de se constituir como uma cidade fortaleza onde se concentraria a administração portuguesa do território brasileiro. Durante cerca de três séculos foi a cidade mais importante do país e atualmente é a terceira maior capital brasileira, polarizando uma das maiores regiões metropolitanas do Brasil. Ao longo desse período, foi marcada por alguns padrões de segregação socioespacial, entre eles o padrão que vem sendo impulsionado pela proliferação de condomínios fechados.

Na Região Metropolitana de Salvador, os condomínios fechados surgiram de antigos conjuntos habitacionais e loteamentos das décadas de 1970 e 1980. Esses empreendimentos se direcionavam para as camadas médias, especialmente assalariados, que buscavam ter acesso à casa própria e ter mais qualidade de vida, propiciada pela distância do centro urbano e pelo contato maior com a natureza. Oferecer mais liberdade, autonomia, espaço e opções de lazer para os filhos era um dos elementos centrais nesse contexto. Esses empreendimentos não nasceram fechados, e foram ganhando essa condição ao longo da década de 1980.

A partir da década de 1990, contudo, novos empreendimentos surgiram, já como condomínios fechados e incorporados pelo mercado, que valoriza através de peças publicitárias a moradia em locais protegidos, seguros e monitorados. Nesse novo contexto,

alteram-se o perfil dos moradores, agora também setores das camadas mais altas, e a motivação para se morar nesses espaços. Associados a elementos relativos à qualidade de vida (tranquilidade, estrutura privativa de lazer, e principalmente morar numa casa) cresce a importância do componente da segurança, de modo que a proliferação de condomínios fechados na RMS passa se configurar como um afastamento dos problemas urbanos, uma busca de tudo aquilo que os moradores acreditam não mais poder encontrar na cidade. A vivência em um condomínio fechado passa a ser visto por diversos moradores como uma solução contra uma série de problemas considerados como existentes na cidade, fazendo emergir uma complexa relação entre a vida nos condomínios e a vida na cidade.

Entre os moradores entrevistados de alguns condomínios fechados da RMS, está presente uma percepção majoritariamente positiva da vivência em condomínios fechados, pois eles representam, em sua aceção, a conquista de um novo estilo de vida, o acesso aos “portões do paraíso” (BLAKELY; SNIDER, 1997). Está presente entre os entrevistados uma valorização do padrão de moradia unifamiliar associado a espaço, contato com a natureza, acesso a diversos itens de lazer, tranquilidade e liberdade. Embora o padrão de busca de qualidade de vida esteja fortemente presente, a busca de segurança se apresentou como a razão mais importante na busca pela moradia em condomínios fechados, de modo que se mostrou bastante representativa também a valorização das chamadas “zonas de segurança” (BLAKELY; SNIDER, 1997) .

Na percepção dos entrevistados, o controle de quem entra e quem sai permite que as pessoas vivam “como antigamente”, ou seja, que possam deixar seus carros, portas e janelas abertas, possam sentar-se na frente de suas casas com tranquilidade, andar pelas ruas à noite e “soltar” seus filhos sem preocupação; afinal, da portaria para fora, eles não saem; e da portaria para dentro, nenhum estranho entra. É exatamente a constituição de “Vales do Medo” (BLAKELY; SNIDER, 1997), verdadeiras zonas de segurança, que permitem a constituição desse novo estilo de vida, da sensação de adentrar nos “portões do paraíso” (BLAKELY; SNIDER, 1997), um verdadeiro *enclausuramento libertador* (ARANTES, 2011), uma liberdade que só existe intramuros, mas que é destacada e extramuros valorizada por esses moradores.

A vida nos condomínios fechados conforma um verdadeiro microcosmo social, diferente e apartado da cidade, como salientam alguns entrevistados. Para eles, a qualidade de vida no condomínio é maior e voltar para casa é um alívio, é sempre prazeroso. Em geral, esse microcosmo engendrado pela vivência nos condomínios fechados, especialmente naqueles mais totalizantes, é inconscientemente considerado pelos moradores como oposto

ao que percebem como características da cidade aberta. A cidade e seus espaços públicos, em geral, são percebidos de maneira bastante negativa.

Embora essa percepção já estivesse em pauta na própria escolha pelos condomínios fechados como uma forma de moradia, é possível considerar que o microcosmo social engendrado a partir da sua vivência têm, em alguma medida, uma influência sobre a reprodução desses valores “antacidade”, como RIBEIRO (1996) denomina os próprios condomínios fechados. Claro está, evidentemente, que a vivência nesse padrão de moradia não é o único elemento que gera impactos sobre as visões de mundo e as percepções. Elas decorrem de diversos atributos sociais associados à questão de classe, como a escolaridade e a ideologia política, entre outros. No entanto, as percepções negativas da cidade, embora sejam causa, também são consequência da vivência em condomínios fechados. Da mesma forma ocorre com a crise dos espaços públicos, que é causa da proliferação de espaços privatizados, mas se torna consequência na medida em que privatização da vida contribui ainda mais a reprodução dessa crise, pois valoriza o escapismo e soluções individualistas e fragmentárias (DUHAU, 2001).

Em primeiro lugar, as percepções negativas da cidade se afirmam na insegurança que a maioria dos moradores diz sentir quando sai do seu condomínio. Como razões de sua insegurança, os entrevistados destacam os altos índices de violência em Salvador e afirmam que, quando se está na rua, se está sujeito a todo tipo de crime. Para muitos, o condomínio é um oásis de segurança e tranquilidade em meio à cidade.

É interessante notar que alguns moradores salientam a agência da construção midiática sobre as representações sobre a violência urbana. Muitos destacam o medo engendrado pelas notícias que assistem cotidianamente, ainda que não tenham sido vítimas diretas de crimes. Essas evidências mais uma vez confirmam a ideia de que o medo é um dos elementos mais importantes na organização da vida cotidiana nas grandes metrópoles (AMENDOLA, 2007; SOUZA, 2008) e que ele se configura como uma espécie de “capital”, cada vez mais valorizado, presente nas experiências diárias, e bastante utilizado pelo mercado imobiliário (BAUMAN, 2009), que “pinta” a cidade como um verdadeiro caos.

Para analisar as percepções dos moradores sobre a cidade, foi pedida nas entrevistas a sua opinião/impressão sobre alguns espaços que constituem marcos simbólicos de Salvador, como a Avenida Sete, o Comércio e o Pelourinho. Esses lugares conformam parte do centro histórico de Salvador e foram algumas das áreas mais importantes da cidade por um período secular. Durante um momento, centralizaram a sua vida urbana pública, se constituindo como locais abertos, plurais e heterogêneos. Depois, os entrevistados foram

questionados sobre as festas populares de largo, como a do Bomfim e a de Iemanjá, uma vez que essas festas, durante muito tempo, foram marcadas por uma relativa diversidade social, atraindo tanto as camadas populares como muitos frequentadores das camadas médias. Por fim, foram indagados sobre as áreas de urbanização popular mais próximas do seu condomínio, como o Bairro da Paz, em Piatã, e Portão, vizinho a alguns condomínios fechados de Lauro de Freitas, de modo que fosse possível analisar suas percepções e como lidam com o entorno de baixa renda.

No que se refere à Avenida Sete e ao Comércio, poucas impressões positivas salientaram a importância desses espaços como *locus* do comércio da cidade e como uma área histórica culturalmente importante. As percepções negativas foram muito mais frequentes. Em geral, destacando o seu estado de decadência, abandono e degradação; as dificuldades provenientes do trânsito e de deslocamentos a pé, uma vez que essas áreas são consideradas como cheias e tumultuadas; a exacerbação do uso de drogas e os perigos provenientes da elevada criminalidade e da falta de policiamento e segurança.

O Pelourinho, centro histórico da cidade, considerado patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), é visto como um local onde há problemas como falta de limpeza, iluminação e conservação, onde se concentram os grupos mais indesejáveis da sociedade (sem tetos, prostitutas, “marginais” (*sic*)) tornando-o inseguro e perigoso. Poucos entrevistados ressaltaram o lado histórico e cultural ou sua beleza arquitetônica.

As festas populares também foram pouco valorizadas, pois a maioria ressaltou negativamente a sua heterogeneidade social, a multidão que gera bagunça, confusões e brigas, além do alto consumo de drogas que contribuiria para uma grande violência. Finalmente, os bairros populares mais próximos foram estigmatizados como locais violentos, onde o tráfico de drogas exerce um controle do território à margem da lei.

É importante considerar que nenhuma representação coletiva se constrói em cima de um vazio. De fato, a cidade de Salvador e sua região metropolitana, ao longo dos últimos anos, vêm sendo vitimadas por diversos problemas econômicos, sociais e urbanos. Seus espaços públicos, de maneira geral, estão abandonados e descaracterizados. Mas isso também é fruto do deslocamento das camadas médias e altas nos últimos anos em direção aos novos espaços de consumo e lazer, agora fechados, monitorados, como um controle social e até “estético”. Assim, a despeito da existência dessa base “real”, é interessante observar mais detalhadamente o que os entrevistados acham dos espaços públicos, abertos, plurais, heterogêneos da região onde vivem.

O que se pode depreender das descrições anteriores é que as interpretações negativas desses espaços da cidade, em geral, se associam a três elementos: a) o déficit de estrutura urbana, proveniente da incapacidade de controle e gestão do Estado; b) a heterogeneidade social; e c) a falta de segurança, que emerge não apenas das dificuldades do Estado, mas também da violência produzida pelas consideradas “classes perigosas”.

Muitos entrevistados destacaram os problemas de infraestrutura dos locais citados, como a falta de conservação, limpeza, iluminação, bom asfaltamento, entre outros elementos. Isso contribui para que tenham a sensação de que a cidade está abandonada, decadente e degradada. Esse déficit seria decorrente da falta de controle e organização típica desses lugares. O caos é formado pelo excesso de pessoas e pelo tumulto. Não têm espaço para andar, os camelôs tomam as ruas, os vendedores assediam os clientes e os turistas, como é o caso do Pelourinho. O acesso de carro é difícil, pois não há estacionamentos, para além do trânsito, que é caótico e desorganizado.

A composição social heterogênea também incomoda alguns dos entrevistados, que chegam a dizer que a mistura de vários segmentos sociais termina por fazer ter uma proporção muito grande de “*pessoas feias*” (*sic*). Isso foi constatado principalmente em relação às festas populares, como ilustram os depoimentos a seguir:

Hoje eu não gosto por causa do acesso, da segurança e uma questão estética. São muitas **pessoas feias**, independente da cor. É uma **questão estética**.

(F., chefe de família)

Nunca fui muito fã. Vou raramente. Acho que tem muita gente. Não tenho vontade de ir. É como um carnaval, uma bagunça, uma bebedeira. Acaba sendo um lugar que mistura muitos segmentos da sociedade e **acaba dando muita gente feia**.

(B., jovem criado em um condomínio fechado)

Não tem mais o cunho religioso. Hoje é bebedeira, prostituição e comércio. Hoje é uma barraca. Ninguém frequenta isso mais. Ou pessoas do bairro ou que gostam dessa coisa. **Você não vai comparar uma festa da Boa Viagem com um Sauípe Fest**. Não levamos mais os filhos. Não tem segurança e não vai somar nada.

(P., morador de um condomínios fechado dentro de outro condomínio fechado)

O preconceito “estético” denota um classismo e até um racismo, considerando que em Salvador falar de camadas populares significa fundamentalmente falar da sua maioria negra. As camadas médias e altas se incomodam com o estilo das outras camadas sociais, criticando sua estética, sua forma de ser e seus gostos “duvidosos” por determinados

tipos de músicas e danças. Por que um Sauípe Fest seria melhor do que a festa da Boa Viagem? Porque é uma das novas festas realizadas num resort de luxo, marcadas pela privatização e segurança, que, por sua vez, tem mais estrutura e reúne pessoas do mesmo nível social, consideradas “bonitas” e “interessantes”. Na mesma proporção com que as festas populares foram perdendo frequentadores das camadas médias, muitas festas privadas foram criadas<sup>2</sup>.

Essa é uma demonstração muito clara do quão a homogeneidade social é valorizada por determinados grupos e o que isso significa em termos da apreciação do outro, da diversidade e pluralidade. É uma questão de *habitus* de classe que parece ser reafirmado pela vivência em condomínios fechados. Uma distinção que afasta os grupos sociais e cria sentimentos de intolerância e preconceito. Em alguma medida, portanto, segregar-se em espaços homogêneos representa uma estratégia de distinção, pautadas muitas vezes em um ideal de monitoramento social e até estético. Mais do que isso, esses comportamentos são descritos por BAUMAN (2009) como uma mixofobia, uma falta de interesse ou um medo de se misturar, de ter contato com o diferente, com o estrangeiro, com o anônimo. É uma recusa das características da cidade, o inesperado, os encontros fortuitos com o desconhecido, a heterogeneidade, a diversidade, e o próprio espaço público, trocado agora por espaços privados e socialmente homogêneos.

Como salienta CALDEIRA (2000, p. 267), a transformação do padrão de sociabilidade urbana e segregação socioespacial não corresponde apenas às justificativas da segurança, uma vez que a estratégia de “segurança total” também assegura o “direito de não ser incomodado”, ou seja, uma proteção contra pessoas e grupos indesejáveis. Esse comportamento fica bastante visível nos depoimentos analisados.

Piorando essa situação, os espaços públicos da cidade são considerados perigosos e estigmatizados como “*antros de marginais*” (*sic*), como assinalou um dos entrevistados. Concentram muitas drogas, “*drogados*” (*sic*), ladrões, assaltantes e “*pode vir tiro, facada; podem roubar minha bolsa*”, como destaca outra entrevistada. Segundo essas acepções, a polícia não consegue conter a criminalidade e nesses locais se está sujeito a qualquer tipo de violência. A própria multidão contribui para isso. Nela, podem estar “*meliantes*” (*sic*) em busca de

---

<sup>2</sup> Muitas delas são realizadas em espaços fechados no mesmo dia das festas de largo e atraem principalmente jovens de camadas médias e altas que querem aproveitar a festa sem precisar conviver com “pessoas feias” (*sic*) e/ou mesmo socializar com as camadas populares. Essas festas ganham o adjetivo de “light”, como o Bomfim Light, realizada no dia da Lavagem da Igreja do Bomfim, a Conceição Light, realizada no dia da festa de Nossa Senhora da Conceição, entre outras, que realizam uma espécie de “limpeza” social fundamentada nos altos preços cobrados pelos ingressos.

cometer crimes, de modo que qualquer um pode ser vítima. Seguem alguns relatos sobre o Pelourinho:

[A impressão é] A pior possível. Aquilo ali é um antro de marginais, infelizmente... Todo tipo de coisa ruim tem ali: prostituição, tráfico, gente pedindo esmola, **viadagem... Uma doença mental dentro de Salvador. Deveria ter um choque de revolução: derrubar e fazer um novo. Há 40 anos era Pelourinho. Hoje é degradação.**

(E., corretor de imóveis, morador e vendedor de casas em condomínios fechados)

Em alguma medida também as percepções negativas da cidade no que concerne à estrutura urbana, à desorganização e à insegurança são uma crítica à governança urbana, na aceção dos moradores, incapaz de solucionar os inúmeros problemas características de uma urbanização e de uma modernidade periférica, e às políticas estatais que não conseguem dar conta de novos e sérios problemas que vem acometendo as grandes cidades brasileiras, como o tráfico territorializado de drogas e a ampliação da criminalidade violenta, que ameaça a vida e o patrimônio.

Outros entrevistados lembraram do passado para criticar a atual situação dos espaços abertos da cidade, legitimando, de alguma forma, o fato de não mais os frequentarem e justificando o desinteresse das atuais gerações – seus filhos – por esses locais. O abandono desses espaços públicos foi especialmente visível em relação às festas populares.

Já foi da minha época, mas não dou mais valor. Perdeu a beleza. Antes era mais seguro. Hoje tem muita violência. Chegou a esse ponto, tanto que meus filhos nunca foram. Antes não tinha bagunça e violência. Muita briga; perdeu a conotação da diversão.

(R., chefe de família)

Na minha época, era diferente. Hoje você vê os adolescentes bebendo demais. A violência é grande em todas as classes. Não tem segurança. Brigas de rivais. Bebida e droga que não tinha. Tanto que algumas festas sumiram do calendário. As pessoas não se arriscam mais.

(D., chefe de família, trabalhador do ramo turístico)

Essas perspectivas são bastante importantes na medida em que subjetivamente fazem alusão às transformações por que passou a cidade, na sua dimensão urbana, social e política. Em alguma medida, a percepção de um passado diferente contribui para a legitimação da importância da autosegregação, da vida nos condomínios fechados e da diminuição da frequência a lugares antes considerados tão importantes. Muitos pais que viveram naquele outro contexto histórico, por exemplo, não incentivam seus filhos a frequentar os mesmos lugares em função da sensação negativa dessas transformações.

A apreciação dos bairros populares próximos aos condomínios também é complexa. É possível dizer que as impressões dos entrevistados se fundamentam

basicamente em preconceitos de classe e na estigmatização das áreas populares, deixando claro muitas vezes que querem distância delas. Em geral, o estigma se baseia na ideia de que as áreas de urbanização popular são perigosas, uma vez que sediam o tráfico de drogas e que, mesmo para os policiais, é difícil e desaconselhável entrar nelas, em especial durante a noite.

Ao dominar as percepções, o estigma gera dois tipos de comportamento. De um lado, permanece o medo e o afastamento. Do outro, surge a “surpresa”, textualmente declarada, quando uma das entrevistadas, que cresceu em um condomínio, “descobriu” que também há nesses bairros “*pessoas boas, honestas, trabalhadoras*” (sic), “*pessoas normais, de família*” (sic).

O estigma aos bairros populares e o medo da cidade parecem particularmente prejudiciais aos jovens, que parecem ter contatos com setores populares apenas na condição de subalternos, tendo medo da cidade aberta e plural, conforme muito bem analisa SVAMPA (2001) na Argentina. Em Salvador, a maior parte dos jovens entrevistados manifestou uma apreciação negativa dos bairros populares e dos outros locais da cidade. Seus argumentos, na maioria das vezes, sequer eram fundamentados em vivências, resumindo-se a afirmações como “ruim, é perigoso”, “nunca entrei, é um lugar ruim” ou “eu nunca entraria, pois eu acho perigoso”, que expressam uma falta de conhecimento (e interesse), ficando suas apreciações apenas sob a influência do que “ouvem falar”, ou seja, dos estigmas correntes sobre essas camadas e locais.

Uma parte considerável desses jovens nunca andou de ônibus e tem sua vida muito restrita a círculos extremamente homogêneos, o que contribui para a reprodução de estigmas, e percepções negativas da pobreza e da diversidade social, de uma maneira geral. De fato, as ruas da cidade para eles parecem se constituir apenas como passagem para outros espaços, como escolas e shoppings, também seletivos e fechados.

A vivência da heterogeneidade social, por sua vez, pode contribuir para a desconstrução desses estigmas. Uma entrevistada que mora em condomínio fechado desde que nasceu afirmou que considerava o Bairro da Paz muito violento e perigoso, mas após trabalhar ao lado de uma moradora, numa loja de um shopping, descobriu que isso não representa a realidade do bairro, pois ele também possui “*um lado família*”, com “*moradores normais*”. Embora a desmistificação do estigma ainda se fundamente nele, como é visível nos termos empregados, a oportunidade de ter um contato social mais próximo com a diversidade (típica da cidade) contribuiu para uma compreensão um pouco menos

hierarquizada da realidade social, ainda que esta não dependa unicamente dos elementos de ordem simbólica.

Como se pôde observar, as percepções negativas da cidade estão associadas à valorização dos condomínios fechados como um lócus onde, diferentemente da cidade, é possível obter qualidade de vida e segurança em um espaço homogêneo, composto por pessoas confiáveis e, portanto, desejáveis.

#### **4. Considerações Finais**

Em suma, conforme foi visto na experiência de outros países e de outras cidades brasileiras, também na RMS a busca de condomínios fechados está associada à busca por um estilo de vida que representa os “Portões do Paraíso”, conforme sintetizado por BLAKELY;SNIDER (1997), onde o “estilo de vida verde”, destacado por SVAMPA (2001), é importante e a “qualidade de vida” ganha tons que associam os elementos anteriormente descritos: a casa, o espaço, os itens de lazer, etc. No entanto, a segurança é o fundamento desse estilo de vida. Na aceção dos moradores, sem ela não haveria a possibilidade de morar numa casa e de se ter tranquilidade, liberdade, bem-estar e paz. Nesse aspecto, os “Portões do Paraíso” se associam e se fundamentam nos “Vales do Medo”. Nesse contexto, eles se encontram para dar sentido e significado a esses novos empreendimentos.

Esse novo estilo de vida, cuja segurança é o pressuposto, está vinculado, em última instância, a uma rejeição da cidade, dos seus problemas urbanos e ambientais, do anonimato dos cidadãos, que os transforma em sujeitos potenciais de desconfiança, dos grupos indesejáveis, dos seus espaços públicos degradados e da sua violência.

Mais do que uma autosegregação motivada pela violência ou pelo medo da violência, os determinantes sociais da proliferação de condomínios fechados associam-se também a aspectos subjetivos oriundos de uma visão negativa da cidade, que é caracterizada pela sua pretensa falta de qualidade ambiental, trânsito, barulho, poluição, caos, desorganização, insegurança, violência, pobreza, ambulantes, “mendigos”, “drogados”, entre outros grupos sociais indesejáveis e as diversas formas de “desorganização” que demonstram, na aceção dos moradores, a incapacidade do Estado. Elementos esses que conformam a representação social da crise dos espaços públicos e justificariam o afastamento para espaços onde é possível obter aquilo que se considera que a cidade e o Estado – tudo que é público – não mais oferecem. Esse movimento é uma recusa do compartilhamento de

problemas que são coletivos, pois eles podem ser “resolvidos” na esfera privada e em âmbito individual.

Essa recusa constitui o significado principal desse tipo de empreendimento, pois o novo estilo de vida procurado nesses espaços apenas é possível em um local fechado, que seja protegido, tranquilo, calmo e onde os itens de lazer sejam privativos. Conforme se observa, portanto, em essência os condomínios fechados representam atualmente uma *fuga dos “males da cidade”*, uma fuga de tudo aquilo que é considerado negativo e representa a crise do espaço público (ARANTES, 2011).

## Referências

AMENDOLA, G. 2000. **La ciudad Postmoderna: Magia e Miedo de la Metrópolis Contemporánea**. Madri: Celeste Ediciones.

ARANTES, Rafael de Aguiar. 2011. **Fugindo dos males da cidade: os condomínios fechados na grande Salvador**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCS – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador.

BAUMAN, Z. 2009. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BLAKELY, E. J.; SNYDER, M. G. 1997. Divided We fall: gated and walled communities in the United States. IN: ELLIN, N.; BLAKELY, E. J. (orgs.). **Architecture of Fear**. New York: Princenton Architectural Press. Disponível em <<http://www.asu.edu/courses/aph294/total-readings/blakely%20--%20dividedwefall.pdf>>. Acesso em 27 de Jul. de 2011.

CALDEIRA, T. P. do R. 2000. **Cidade de Muros**. São Paulo: Edusp.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. 2012. **A cidade como negócio**. (No prelo).

DAVIS, M. 2009. **Cidade de Quartzos**. São Paulo: Boitempo.

DUHAU, E. 2001. Las metrópolis latinoamericanas em el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, Ano XV, n. 1, p. 41-68.

MATTOS, C. A. de. 2010. Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano. IN: MATTOS, Carlos A. de. **Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina**. Quito: Olacchi.

RIBEIRO, L. C. Q. 1997. **Dos cortiços aos condomínios fechados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SVAMPA, M. 2001. **Los que ganan**: la vida en los countries y Barrios privados. Buenos Aires: Biblos.

WEBSTER, C.; GLASZE, G.; FRANTZ. 2002. Guest editorial. **Environment an Planning B: Planning and Design**, volume 29, p. 315-320.